

O MODERNO **JÁ** PASSADO | O PASSADO **NO** MODERNO
reciclagem , requalificação , rearquitectura

anais do 7º seminário do_co_mo_mo_brasil

porto alegre, 22 a 24 de outubro de 2007

**DIFUSÃO DA ARQUITETURA MODERNA BRASILEIRA – O CASO DO PLANO DE AÇÃO DO
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (1959-1963)**

Prof. Dr. Miguel Antonio Buzzar
EESC-USP

Maria Tereza Regina Leme de Barros Cordido
Mestranda EESC-USP

TÍTULO: DIFUSÃO DA ARQUITETURA MODERNA BRASILEIRA – O CASO DO PLANO DE AÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (1959-1963)¹

RESUMO

A produção de equipamentos públicos a partir do Programa de Ação (PAGE) do governador Carvalho Pinto no Estado de São Paulo (1959-1963), configurou-se como um dos momentos mais ricos da difusão da **arquitetura moderna** brasileira e dos compromissos sociais que os seus protagonistas estabeleceram através de uma significativa produção de **equipamentos públicos** construídos pelo interior do Estado. O Modernismo Brasileiro nas artes plásticas, na arquitetura e no urbanismo, desde as suas origens, estabeleceu duas constantes programáticas que acabaram por marcar a sua constituição em função da expressão que estas conheceram nos trabalhos artísticos e arquitetônicos. Tais constantes que integram os compromissos estabelecidos podem ser definidas, grosso modo, como o caráter nacional da produção consolidado como a própria **representação da nação** e o seu compromisso com a modernização material e o modernismo sócio-cultural do país. A produção arquitetônica implementada pelo PAGE (um **plano desenvolvimentista**), valendo-se da hegemonia já alcançada pela arquitetura moderna ao final dos anos 1950, por um lado, possibilitou a difusão moderna associada aos compromissos programáticos e, por outro, permitiu o desenvolvimento da linguagem arquitetônica, não se limitando as obras realizadas à repetição de soluções estabelecidas.

Palavras-chave: equipamentos públicos; arquitetura moderna; plano de desenvolvimento

TITLE: DIFFUSION OF THE BRAZILIAN MODERN ARCHITECTURE - THE CASE OF THE PLAN OF ACTION OF THE GOVERNMENT OF THE STATE OF SÃO PAULO ²

ABSTRACT

This essay analyzes the production of public equipments since the Action Program (Programa de Ação – PAGE), a development plan of Carvalho Pinto, governor of the State of São Paulo (1959-1963). From a critical point of view, this plan configures one of the richest moments in the diffusion of the **Modern Brazilian Architecture** and the social commitments of the protagonists established through a significant production of public equipments built in the interior of this State. The Brazilian Modernism in the Fine Arts, Architecture and Urbanism, since its origins, established two programmatic constants that consequently marked its constitution by the expression they transmitted to artistic and architecture works. Such constants, part of the established commitments, could be defined, roughly speaking, first as the national character of this production, consolidated as a representation of the nation and, secondly, by its commitment with the material modernization and with the sociocultural modernism of the country. The architectural production implemented by PAGE, making use of the hegemony already reached by the modern architecture at the end of the 1950's, by one side, made possible the modern diffusion associated to the programmatic commitments and, by the other side, allowed the development of the architectonic language, beyond the repetition of established solutions.

Key-words: Public equipments. Development plan. Modern Architecture.

¹ Este texto é fruto do Projeto de Pesquisa “DIFUSÃO DA ARQUITETURA MODERNA BRASILEIRA – O CASO DO PLANO DE AÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (1958-1961)” do Grupo de Pesquisa “Arte e Arquitetura, Brasil – diálogos na cidade moderna e contemporânea” (ArtArqBr) do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da EESC USP (<http://www.saplei.eesc.usp.br/artearquitetura/>), coordenado pelos professores Miguel Antonio Buzzar e Fabio Lopes de Souza Santos. O presente texto que aborda aspectos iniciais da pesquisa é de autoria de Miguel Antonio Buzzar e co-autoria de Maria Tereza R. L. B. Cordido.

TÍTULO: DIFUSÃO DA ARQUITETURA MODERNA BRASILEIRA – O CASO DO PLANO DE AÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (1959-1963)

INTRODUÇÃO

A arquitetura moderna brasileira sempre teve nas obras excepcionais, particularmente, os grandes edifícios sede dos poderes ou de organismos desses poderes, isso sem citarmos as grandes residências unifamiliares, o reconhecimento dos seus valores, formais e ideológicos. As pesquisas recentes demonstram a amplitude da produção moderna para além deste circuito. Hoje “sabemos” que a habitação social de extração moderna não se limita a Pedregulho e Gávea, e nem tampouco que a produção escolar não se limitou a meia dúzia de exemplares, como pesquisas sobre, por exemplo, a produção do Convênio Escolar em São Paulo revelam, trazendo a luz números da ordem de mais de uma centena de obras. Isto antes da constituição da CONESP e sua produção “diagramática”.

A tarefa de inventar soluções, ou representações, do caráter nacional e da modernização na formulação arquitetônica brasileira, teve uma expressão muito forte também em equipamentos públicos. A produção desses equipamentos durante a gestão do governador Carvalho Pinto no Estado de São Paulo (1959-1963), por meio do Programa de Ação (PAGE), sob o viés da difusão da arquitetura moderna e dos compromissos e valores que os seus protagonistas estabeleceram, configura-se como um dos momentos mais ricos dessa arquitetura, na qual o modernismo expressou uma mediação entre desenvolvimento (através do Plano) e a população (e suas necessidades). As obras implementadas pelo PAGE, valendo-se da hegemonia já alcançada pela Arquitetura Moderna ao final dos anos 1950, permitiram a ampliação da difusão moderna e constituíram-se em um campo profícuo para o desenvolvimento de sua linguagem, não se limitando as edificações realizadas à repetição de uma linguagem consagrada.

A invenção de novas soluções para os programas das edificações reforçou os compromissos programáticos dos arquitetos, na medida em que, a arquitetura moderna brasileira pode se valer para sua consecução, de um conjunto significativo de equipamentos públicos que o PAGE implementou. Foram mais de 300 obras implantadas ou reformadas, entre escolas, postos de saúde, fóruns, casas de agricultura, edifícios de segurança implantadas pelo Estado, que identificavam a arquitetura moderna com a modernização nacional, mas também com uma dimensão social.



(Fig. 1) Fórum de Promissão (1959). Fachada e Rampa de acesso ao nível superior. Arquitetos Vilanova Artigas e Carlos Cascaldi. (CORDIDO, 2006)

Os Compromissos Modernos

Articulado deste as primeiras manifestações modernas, o caráter nacional na produção cultural não é uma questão de fácil definição e não guarda uma sincronia absoluta entre as várias disciplinas artísticas. Entretanto, ele pode ser interpretado como a contrapartida superestrutural, ao ingresso periférico do país na modernidade, que o desenvolvimento econômico engendraria. Ou seja, no campo da cultura, procurou-se estabelecer legitimidade e substância históricas para a modernização, ou melhor, para os projetos de modernização do país. Olhando o passado, e por vezes construindo o próprio passado, o modernismo propunha ser qualificado com elementos capazes de estabelecer uma identidade local, ao mesmo tempo em que, projetava um futuro que iria resolver o nosso atraso econômico e desta forma, o social também.

A busca ou construção do caráter nacional da produção cultural introduziu um perfil particular à vanguarda modernista e aos modernos em geral, dotando-os de um profundo sentido militante, verificado nas suas atividades artísticas e intelectuais, isto é, em obras, textos, manifestos e atuações no aparelho do Estado, ou para o Estado.

O vínculo com a idéia de modernização é fundamental, entretanto, a compensação do atraso econômico produtivo através da linguagem moderna, é estratégico. A combinação de militância, arte e vanguarda que pensa a cultura, o país e sua renovação emprestou aos artistas, arquitetos e intelectuais uma coesão de propósitos contra a qual as tradições acadêmicas não iriam resistir, tornando a produção moderna neste sentido, hegemônica. A tarefa sintetizada no caráter nacional e na projeção de uma nação desenvolvida foi articulada no refinado trabalho de afastar e negar o passado imediato (particularmente a produção do século XIX), o que provocou uma ruptura com a tradição e na aproximação com o passado mais distante, ora colonial ora primitivo, reatando com a tradição e situando a nação e seus valores culturais na história, demonstrando a concretude de um país com um caráter nacional próprio. Dotado de “raiz” o desenvolvimento nacional, não sendo abstrato, teria traços particulares, adequados à nação brasileira.

Esta “nacionalização” do modernismo trouxe vantagens substantivas. A representação da nação, ou do Estado que forja a nação que se quer moderna e desenvolvida, conheceu no modernismo

um aliado perene, exemplarmente representado pelo edifício do Ministério da Educação e Saúde Públicas (MESP - 1937/1943). A arquitetura como representação, em um primeiro momento pode parecer estranho, ou mesmo menor, em função do uso inerente das obras, mas pensada a luz da dimensão política que a representação pode abarcar, enquanto representação simbólica de um conteúdo, no caso, nacional e moderno (modernização), e realizando a mediação entre o Estado e o corpo social, torna-se coerente e amplifica a complexidade da leitura que a produção moderna solicita. Se na era Vargas o modernismo teve que conviver, e disputar, com outras vertentes arquitetônicas o papel de servir o Estado, após o fim do Estado Novo o modernismo tornou-se hegemônico e esteve presente nos momentos mais dinâmicos em que o Estado, nos seus vários níveis, buscou organizar uma base de desenvolvimento econômico e social. Um desses momentos deu-se com a implementação do Plano de Ação (1959-1963) pelo governador de São Paulo Carvalho Pinto.

Sistema de Arte e Arquitetura Modernas

Os aspectos constituintes da arte e da arquitetura modernas brasileiras, reconhecidos os propósitos veiculados em livros, revistas e toda sorte de publicações e desenvolvidos no âmbito estatal – abrangendo a esfera do Patrimônio, por exemplo -, também conquistaram o ensino de arquitetura (na maioria das vezes vinculado ao próprio Estado, através das escolas públicas), o programa de novos museus, as entidades de classe, as entidades culturais, suas exposições e eventos das categorias.

Assim, os livros e revistas que escreveram uma historiografia moderna, além de pedagógicos e rotinizadores dos procedimentos modernos, devem ser vistos como um campo ativo de investigação e de criação de interesses específicos, que teve seu tempo de elaboração concomitante aos acontecimentos culturais, econômicos e sociais que marcaram a história do país e com os quais se articulava e, ao mesmo tempo, impulsionava.

Se a nação pode ser interpretada como uma narrativa, a expansão deste campo ativo da arquitetura e das artes, pode ser visto como uma das vozes da narrativa que compunha a nação, ou que estruturava a construção ideológica da nação. Neste sentido, a historiografia da arte e da arquitetura modernas brasileiras pode ser interpretada como uma peça importante na elaboração de uma narrativa específica, a da cultura artística e arquitetônica brasileira, no interior da narrativa da nação.³

Mantida a relação com o Estado, em seus vários níveis, ainda que a forma possa ser variável, a partir do final dos anos 1940 e início dos anos 1950 a articulação entre um impulso cultural, associado à historiografia, e a formação e extensão de escolas e cursos de arquitetura, a criação ou fortalecimento de instituições de arquitetos e artistas, a criação de revistas, a organização de

³ Conforme Ianni: “A nação, em seus diferentes e múltiplos aspectos, pode ser vista como uma longa narrativa. Uma narrativa a muitas vozes, harmônicas e dissonantes, dialogando e polemizando, em diferentes entonações. São narrativas empenhadas em taquigrafar as diferenças e múltiplas características da formação e transformação da sociedade nacional. (...) Todas, em diferentes gradações e

museus de arte, a realização de exposições e eventos, somados ao incremento de fábricas de materiais e a formação de um público de receptores e “consumidores” da produção moderna, configurou um sistema de arte e arquitetura brasileiro marcado pelo modernismo.

O sistema é informado pela narrativa que não é isenta de objetivos. Os valores que enfatiza, anteriormente citados, são estruturados e desenvolvidos como pontos, cuja matriz mais apropriada é a de um programa político. As obras arquitetônicas e artísticas deviam, pela forma e agenciamento espacial, exprimir a condição e a singularidade nacionais, ou seja, representar a nação.⁴

Alguns Caminhos da Arquitetura Moderna Brasileira

Apesar da unidade formal que a historiografia forjou, havia diferenças entre os arquitetos brasileiros e suas propostas, mas especificamente havia diferenças na forma de pensar o Brasil e representar simbolicamente a nação através da arquitetura, em que pese a força conceitual das elaborações de Costa e da configuração formal de suas idéias, principalmente através de Niemeyer. Talvez uma das principais preocupações da historiografia fosse a de anular as diferenças, ora as incorporando, por vezes sem explicitá-las, ou apenas parcialmente, ora “enfraquecendo” algumas produções.

Um dos casos mais paradigmáticos de explicitação parcial das diferenças é o de Vilanova Artigas, que em meados dos anos 1940, após algumas obras de influência wrightiana, adotou um vocabulário corbusiano, articulado com o do grupo carioca. No início dos anos 1950, houve um debate crítico em relação ao modernismo, por parte dos militantes comunistas (dirigentes, intelectuais, etc), o qual era condenado enquanto uma expressão artística degenerada da burguesia, na linha da contraposição entre realismo socialista e modernismo. Contra as concepções modernas, os artistas e arquitetos deveriam promover e desenvolver uma produção realista (ainda que esta na arquitetura não tivesse uma definição clara).

Após a superação da discussão realista, que a bem da verdade não conheceu no Brasil uma configuração formal arquitetônica, em que pese orientações da direção do PC a favor de uma arquitetura neo-colonial, Artigas que havia escrito textos ácidos sobre o modernismo e seus mestres no início da década de 1950 (*Le Corbusier e o Imperialismo e Caminhos da Arquitetura Moderna*), por volta de 1955, 1956, deu novos contornos a sua produção arquitetônica, que iriam constituir a base para o que veio a ser conhecido como “escola paulista”.

entonações, contribuem para o entendimento de como a nação se pensa e repensa, buscando constituir-se, explicar-se e imaginar-se.” IANNI, Otavio, “Nação e Narração,” p.71, in CANDIDO, Antonio: pensamento e militância, (org). AGUIAR, Flávio, 1976.

⁴ No texto Razões da Nova Arquitetura, Costa já apontava o compromisso e a missão dos arquitetos frente a tecnologia industrial: “É preciso, antes de mais nada, que todos – arquitetos, engenheiros, construtores e o público em geral – compreendam as vantagens, possibilidades e beleza própria que a nova técnica permite, para que então a indústria se interesse, e nos forneça - economicamente – os materiais leves e a prova de ruído, que a realidade necessita. Não podemos que ela toma a si todos os riscos da iniciativa – empenhando-se em produzir aquilo que os únicos interessados ainda não lhe reclamaram (...) é imprescindível que a indústria se apodere da construção, produzindo, convenientemente apurados, todos elementos de que ela carece, para podermos chegar àquele grau de perfeição de que as carrocerias de automóvel são amostras animadoras.” p. 31.

A Casa Baeta, projetada em 1956, foi a obra em que Artigas formalizou novos contornos da sua produção e, a partir dele, acrescentou novas soluções. Nela há referências claras as casas de madeira do Paraná, sua terra de origem. Do ponto de vista da apropriação do repertório de uma arquitetura “menor”, certamente, não era um pensamento *sui generis* na produção arquitetônica brasileira. Já no texto de Costa *Razões da Nova Arquitetura*, essa arquitetura, através das casas dos atuais pioneiros, aparecia como o signo contemporâneo da tradição arquitetônica brasileira efetiva: a honestidade construtiva. O Paraná nos anos 1950 era uma área recém consolidada da expansão da fronteira agrícola e certamente o Paraná da infância de Artigas, cujos exemplos arquitetônicos ainda permaneciam vivos, era uma “província” periférica. Incorporar a margem, através das suas construções, como fonte de cultura intensiva, ao centro, à metrópole, como local por excelência do desenvolvimento, e assim criar a arquitetura nacional como a representação da fisionomia dupla do país, cultural e econômica, essa foi a operação efetuada por Artigas. A casa foi elaborada num feixe conceitual e com ela Artigas pôde reassumir o modernismo, porque “articulado” a manifestações populares não era formalista e abstrato.

Para os militantes comunistas o desenvolvimento nacional possuía conotações políticas estratégicas. O instrumento de libertação nacional e relativa transformação social tinha que consolidar o parque industrial, transformando-o no setor hegemônico da produção e realizar a reforma agrária, desmantelando as estruturas arcaicas no campo. Os governos pós-segunda guerra e da primeira metade da década de 1950, mesmo o governo constitucional de Vargas, não foram interpretados como nacionalistas e desenvolvimentistas pelo PCB - a exatidão desta posição, por ora, escapa aos objetivos dessa proposta -, o que levava a manifestações críticas sobre a ausência de um Plano como instrumento de desenvolvimento.

Esse instrumento viria a ser o Plano de Metas do governo Kubitschek, que sintetizava e potencializava as propostas e planos elaborados desde o início dos anos 1950.⁵ O objetivo de Artigas, como da maioria dos arquitetos, seria o de conceber uma arquitetura que representasse o Plano Nacional de Desenvolvimento (Plano de Metas), que construiria a nação brasileira, livre e soberana. À arquitetura, não cabia a tarefa de transformar o cenário social, podia sim, auxiliar a alterar culturalmente o país e, particularmente, impulsionar o seu setor na produção, o da construção civil e, isto, estava muito distante de constituir-se em motor das mudanças radicais da sociedade.

A questão era saber como representar o “plano” e o próprio desenvolvimento nacional. Uma coisa era defender a arquitetura de Niemeyer porque ela tinha um “sabor” nacional e, em 1958, uma

⁵ A estratégia desenvolvimentista do Plano de Metas era composta por um conjunto de 31 metas para o período 1956-1960, incluindo-se a construção de Brasília, chamada de “meta síntese”. As 30 metas setoriais foram agrupadas em cinco áreas: 1. Energia - energia elétrica, energia nuclear, carvão mineral e petróleo (produção e refino); 2. Transporte - ferroviário (re-aparelhamento e construção), rodoviário (pavimentação e construção), serviços portuários e de drenagem, marinha mercante e transporte aeroviário; 3. Alimentação - trigo, silos, armazéns frigoríficos, matadouros industriais, mecanização da agricultura e fertilizantes; 4. Indústria de base - siderurgia, alumínio, metais não-ferrosos (chumbo, estanho, níquel e cobre), cimento, álcalis, celulose e papel, borracha, exportação de minério de ferro, indústria automobilística, indústria da construção naval, indústria mecânica e de material elétrico pesado; 5. Educação - formação de pessoal técnico. Ver: PAGNUSSAT, José Luiz, in *Jornal Ecos da Literatura Lusófona*, 25 de Janeiro de 2006 - Edição N°33.

auto-propalada pureza e simplicidade -, outra coisa, era tê-la como matriz para a sua própria produção.

Em 1955/56 Artigas preocupava-se com a representação do estágio de desenvolvimento brasileiro. O projeto da Residência Olga Baeta (1956) condensa um simbolismo entre o arcaico e o moderno. A urbanidade (desenvolvimento) presente nela, é a cidade que incorpora o campo, abria um caminho arquitetônico que outras residências como a Taques Bittencourt e de forma significativa os edifícios escolares de Itanhaém e Guarulhos e também a FAUUSP (projeto 1961), frutos do Plano de Ação, iriam dar contornos definitivos à representação do plano. Em termos espaciais a valorização dos pátios de convívio social, no caso dos equipamentos públicos, e das salas, no caso das residências, adquire papel estruturador dos projetos. A analogia destes ambientes com o logradouro público, ou como logradouro público arquetípico, que introduz as pessoas no espaço de formação pedagógica e social, gerou uma matriz arquitetônica presente até hoje. Em outro registro simbólico, nesses projetos de Artigas, a noção de processo, de um desenvolvimento que vai vencendo o atraso, a cada projeto o registro moderno na construção parece ganhar predominância sobre os elementos arcaicos, conformaria uma síntese poderosa entre o caráter nacional e a modernização, representando a nação em desenvolvimento, ou melhor, representando simbolicamente o Plano (de Metas) que desenvolve a nação, que vai transformando o eixo da economia de agrária-exportadora (arcaico) para urbano-industrial (moderno) e, em certa medida, o Plano de Ação, que em termos do Estado de São Paulo, possibilitava e potencializava a tradução do Plano de Metas.

Não há estudos claros de como os Planos se articulavam, mas pode se afirmar que o Plano de Ação serviu-se das políticas desenvolvimentistas e previa para o Estado o papel de indutor do desenvolvimento como o Plano de Metas. Basta lembrar que a Cia. Siderúrgica Paulista – COSIPA -, dentre outras empresas, foi criada a partir do Plano de Ação. Há, certamente, problemas nessa relação, como sabido o Plano de Metas comprometeu as finanças públicas com os empréstimos internacionais que o sustentou, sendo um dos subprodutos desse comprometimento a aceleração da inflação que consumia os orçamentos. De forma contrário, segundo Plínio de Arruda Sampaio, a equipe econômica do PAGE previa uma aceleração da inflação, tal cálculo permitiu, não sem problemas, a manutenção e realização dos objetivos. Vale lembrar que o PAGE valeu-se de recursos do próprio Estado, não efetuando empréstimos excepcionais para a sua realização. (SAMPAIO, 2007)

Assim, os planos desenvolvimentistas da década de 1950 e da primeira metade da década de 1960 emprestaram uma dimensão realista até então desconhecida ao projeto de construção da nação, requalificando o comprometimento com ele, consubstanciado na fórmula do projeto nacional-desenvolvimentista. A nação moderna, portanto, deveria surgir da resolução do nosso caráter gravado pela dualidade, arcaico versus moderno, em prol da vitória do segundo termo.

Com a estruturação do sistema de arte e arquitetura modernas na década de 1950 e a fundação de Brasília, abrem-se duas perspectivas distintas. Por um lado, com Brasília verifica-se o ápice das possibilidades modernas e de certa forma avizinham-se os limites do projeto moderno, quer em termos políticos, quer em termos do modelo econômico adotado e, por outro, combinado com a extensão dos planos desenvolvimentistas, ocorre uma definitiva difusão do modernismo, através do Estado, com a grande ampliação de equipamentos públicos (como no caso do PAGE), ou através da construção civil corrente. Evidentemente há uma tensão entre limites do moderno e sua difusão, mas o processo social, e assim o processo da Arquitetura Moderna Brasileira deve ser entendido, guardando ambigüidades e tensões que se entrelaçam e problematizam a repercussão que a arquitetura moderna adquiriu.

Na difusão da Arquitetura Moderna, os valores realçados pela historiografia estão presentes, entretanto, a arquitetura produzida os extrapola em muito. Tratando particularmente de São Paulo, o modernismo, mesmo com a força das idéias de Artigas conheceu outras produções vigorosas, várias delas durante algum tempo esquecidas, outras mais presentes, como é o caso da produção de Oswaldo Bratke e de Rino Levi. Mas há, sobretudo, uma profusão arquitetônica que na prática questiona definições como “escola paulista”. Não questiona a sua existência e mesmo as suas qualidades, e valores que incorpora, mas o fato dela ser tomada, por vezes, como a produção moderna de São Paulo. Novamente a historiografia e suas reduções.

O Plano de Ação

O Plano de Ação proposto para corrigir os problemas de um desenvolvimento desordenado que gerava um desequilíbrio entre a capital e o interior, é também a expressão do pensamento renovador cristão trazido pelo Padre Louis Joseph Lebret. Conforme informou Plínio de Arruda Sampaio:

O Lebret é um padre dominicano uma figura muito especial é inclusive o homem, que redigiu a Encíclica Popular no Congresso. Ligadíssimo ao João XXIII. Ele foi capitão da marinha francesa. E depois da guerra ele se converteu ao catolicismo. Acabou frade dominicano. E ele tinha uma teoria chamada de economia humana, economia das necessidades. Que não era economia socialista, nem capitalista. Nós éramos católicos. Mas nós não éramos convencionais. Nós éramos da estação popular, gostávamos do povo e ele nos ofereceu um norte naquele tempo

(SAMPAIO, 2007)⁶

⁶ Carvalho Pinto e Plínio de Arruda Sampaio, coordenador do PAGE eram filiados ao PDC Partido Democrata Cristão, partido que se aproximou das propostas formuladas pelo movimento internacional Economia e Humanismo, introduzido no Brasil pelas mãos do padre francês Louis Joseph Lebret seu criador. Ver: COELHO, Sandro Anselmo, *O partido democrata cristão (1945-1965): dilemas e inconsistência da terceira via brasileira*. Curitiba: mimeo. 2002. Lebret também dirigiu a Sociedade para Análise Gráfica e Mecanográfica Aplicada aos Complexos Sociais (SAGMACS), reconhecida por trabalhar e pesquisar os problemas das periferias da capital. Em entrevista ao grupo de pesquisa Arte e Arquitetura Brasil, diálogos da cidade moderna e contemporânea da EESC-USP, em 2007, Plínio A. Sampaio e Francisco Wítaker Ferreira, arquiteto do grupo técnico do PAGE, informaram a influência de Lebret nos fundamentos do PAGE. Wítaker começou sua vida profissional trabalhando com Lebret. O arquiteto Celso Lamparelli que também participou do grupo técnico do PAGE como responsável pela área da educação, em entrevista ao arquiteto Mário Henrique de Castro Cadeira em 2004, corroborou a influência de Lebret com quem trabalhou nas pesquisas da SAGMACS.

Articulando ideais desenvolvimentistas e humanistas cristãos, no início de seu mandato de governador, Carvalho Pinto (01/1959-01/1963), lançou as bases do Plano de Ação do Governo do Estado, PAGE, através do Decreto n. 34.656, de 12 de fevereiro de 1959, que deveria levar o progresso ao conjunto do Estado com a implantação e construção de serviços e equipamentos sociais. O Decreto no seu artigo 1 afirmava que as *“As Secretarias de estado e a Reitoria da Universidade de São Paulo apresentarão ao Governador, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, exposição dos problemas fundamentais relacionados com a execução de obras e serviços que lhe são afetos”*⁷. Também através deste decreto era constituído junto ao Gabinete do Governador o Grupo de Planejamento que deveria apresentar em 90 (noventa) dias, contatos a partir dos 60 (sessenta) dias indicados, um Plano de Ação do Governo do Estado, sendo responsável por sua implantação e gestão.⁸

Na mensagem apresentada pelo governador Carvalho Pinto à Assembléia Legislativa do Estado em 14 de março de 1961 pode se observar as bases que apoiaram os objetivos traçados para o Plano:

(...) Ao elaborar o Plano de Ação quis fazer dele também o instrumento da elevação das condições de vida das populações interioranas – relegadas até há poucos anos ao abandono – precisamente pelo fato de reconhecer, como já declarei, as disparidades de que se assinala no progresso de São Paulo pelo gigantismo das áreas metropolitanas em confronto com o atraso do campo.(...)

A verdade é que, desprovido, em outros tempos de quase todos os recursos, o interior do Estado se transformou rapidamente graças às obras do Plano de Ação(...)

(...) energia, ferrovia, rodovias, aeroportos, navegação; obras públicas são os empreendimentos relacionados com a instalação dos estabelecimentos de ensino, de hospitais, de instituições penais, de casas de detenção, de unidades sanitárias, de casas de lavoura, de armazéns de abastecimento de água e com os serviços de esgoto. Mas além disso, prevê o Plano de Ação investimentos destinados ao equipamento das unidades construtivas à concessão de subvenções a instituições de assistência social e outros.(...)

*O Plano de Ação é assim, (...) um instrumento de humanização sociais do nosso Estado.*⁹

O PAGE como instrumento de ações desenvolvimentistas abrangia uma reorganização do próprio Estado, na medida em que *“à técnica que presidiu à sua feitura e o sistema do seu funcionamento como programa de investimentos ...(articulava) ... o estudo de disponibilidades financeiras,*

⁷ “Estado de São Paulo, Plano de Ação do Governo- 1959-1963- Administração Estadual e Desenvolvimento Econômico e Social”, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1959, s/p.

⁸ Composição inicial do Grupo de Planejamento: Plínio Soares de Arruda Sampaio- Coordenador; Diogo Adolpho Nunes Gaspar - Economista, Secretário Executivo; Celeste Angela de Souza Andrade - Diretor Geral do Departamento de Estatística do Estado; Paulo Menezes Mendes da Rocha - Professor Catedrático da Escola Politécnica - U.S.P.; Ruy Aguiar da Silva Leme - Professor Catedrático da Escola Politécnica - U.S.P.; Antônio Delfim Netto - Assistente da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas - U.S.P.; Sebastião Advíncula da Cunha - Do Departamento Econômico do B.N.D.E.; Orestes Gonçalves - Chefe do Gabinete de Estudos Econômicos e Financeiros da Secretaria da Fazenda.; Ruy Miller Paiva - Engenheiro Agrônomo do Departamento da Produção Vegetal da Secretaria da Agricultura.

⁹ Mensagem apresentada pelo Governador Carvalho Pinto à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo em 14 de março de 1961.

mediante o processo de planejamento-orçamento, (...) selecionado os objetivos e escalonado sua execução”.¹⁰

Com a principal justificativa de incentivar o desenvolvimento das “regiões atrasadas” do interior, foram propostos e executados: serviços básicos de saneamento e de infra-estrutura urbana, tais como água e esgoto, energia elétrica, uma série de edifícios Públicos para Segurança, Educação e Saúde, em diversos municípios e serviços de infraestrutura regional, ferrovia, rodovias, pontes,. No campo da infraestrutura energética o PAGE propiciou o início da construção da Usina Hidrelétrica de Urubupungá, a realização das obras nas usinas de Limoeiro, Euclides da Cunha, Barra Bonita, Jurumirim, Bariri, Graminha e Xavantes e, em termos, de organização de um sistema de pesquisa criou a Fundação de Amparo a Pesquisa - FAPESP.¹¹

Ao apresentar as insuficiências de infra-estrutura urbanas motivadoras do “retardamento” das cidades do interior do Estado, o governador Carvalho Pinto apela ao recém eleito Presidente Jânio Quadros para o qual se dedicou em campanha eleitoral, lembrando-o dos compromissos assumidos com o povo:

*“na atmosfera criada por este espírito eminentemente nacionalista, que encontrou receptividade e guarida” (...), visando atender as regiões “esquecidas pelo governo e pela inépcia e condenadas à condição de pauperismo que não encontra explicação no homem, que é bravo e batalhador, nem na terra que é feraz e prestadia.”*¹²

Conclui ainda no relatório apresentado à Assembléia Legislativa de 1961, que São Paulo participando da integração nacional na construção de uma Nação “livre, forte e rica” substituirá “uma geografia rude por uma história dinâmica, um povo debilitado, por uma nação sadia e vitalizada, um desalento improdutivo estéril e perigoso, por uma esperança invencível e construtiva.”¹³ Afora o tom ufanista do discurso oficial é interessante notar o exemplo de planejamento que São Paulo oferecia. De certa forma, segue o Plano de Metas, mas também o aperfeiçoa.

Segundo o levantamento econômico apresentado no mesmo documento, São Paulo, em 1960, seguia um ritmo acelerado de inflação de agravamento social. As insatisfações sociais no período são assim estatisticamente demonstradas no mesmo relatório:

*(...) em 1960, 954 greves contra 314 no ano anterior entre 105 categorias profissionais diferentes mobilizando 3.252.000 homens-hora, enquanto em 1959, somente 59 categorias totalizaram a perda de 2.800.000 homens-hora.*¹⁴

Um dos aspectos que favoreceu o agravamento da situação econômica das cidades do interior, segundo o mesmo relatório, era advindo da forma como o expressivo desenvolvimento industrial

¹⁰ Idem, Ibdem.

¹¹ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo foi criada em 1960 (Lei Orgânica 5.918, de 18.10.1960) e começa a funcionar de fato em 1962 (Decreto 40.132, de 23.05.1962).

¹² PINTO, Carvalho, *op. cit.*

¹³ Idem, Ibdem.

se implantou, sem sintonia com a produção agrícola, particularmente do café. Esta situação explicava o “empobrecimento” do interior e seu conseqüente “atraso”. O governo, como solução para os problemas da produção agrícola, principal fonte econômica do Estado, que sinalizava uma retomada de desenvolvimento, propôs através de incentivos fiscais, financiamentos e um plano de implementação da indústria de tratores, visando através da mecanização melhorar e absorver as potencialidades que a agricultura oferece ao mercado interno.

O PAGE ainda solicita a cooperação de órgãos do Governo da República atentado que ao atender o Governo do Estado, estará “no encaminhamento dos problemas fundamentais do desenvolvimento social do Brasil”.

Um dado importante era a criação de uma estrutura estatal capaz de sustentar a execução do Plano. Para resolver questões administrativas, criou-se um Grupo de Planejamento cuja competência entre outras funções era a de entrosar e coordenar os trabalhos de vários setores administrativos para agilizar rotinas e evitar contradições e duplicações de serviços. Os técnicos pertencentes ao Grupo atuavam diretamente com o gabinete do Governo e mediavam as relações e demandas das Secretarias.¹⁵ Cabia também a eles um maior entendimento geral da máquina administrativa com o objetivo de se obter dela melhores recursos materiais e humanos.

Divididos em planos setoriais, com dotações específicas (fig. 2), em cada setor havia um responsável técnico que mediava as relações entre as demandas das Secretarias e as ações do Grupo de Planejamento, coordenando toda dotação orçamentária programada para cada Secretaria. Como explica Celso Lamparelli:

(...) nesse trabalho do Plano de Ação eu fiquei encarregado de coordenar toda a pesquisa, todo o trabalho da educação, não só da educação primária como da educação superior. Então eu participei intensamente de toda a programação e de toda a coordenação, do controle, distribuição de verba, etc., de todo o setor da educação cuja tradição de planejamento era zero, era baixíssima.

(LAMPARELLI, 2004).

O Grupo atuou sob a égide do Planejamento e do “Planejamento-Orçamento” (como afirma o texto da mensagem já transcrito), conceitos em grande parte inovadores, como Lamparelli afirmou. Corroborando esta questão Withaker, aprofundando as bases conceituais do Plano informou:

A idéia de planejamento no Brasil nem era difundida na época. Praticamente o trabalho de Carvalho Pinto foi o primeiro, de governo com objetivos, com metas políticas precisas, metas quantitativas, prazos, etc. O plano nesse sentido teve a influência de Lebrecht porque o Plínio tinha adquirido uma visão da economia e humanismo. Mas, ao mesmo tempo tinha o Diogo, economista que vinha com uma perspectiva tradicional da economia.

¹⁴ Idem, ibidem.

O PAGE promoveu uma atuação de governo em equipe relativizando a orientação pessoal do Chefe do Poder Executivo. Do ponto de vista de organização do programa dos equipamentos, cabe lembrar que o Plano valeu-se de algumas experiências como a do programa do Convênio Escolar, desenvolvido entre 1949 e 1955 pela municipalidade com a participação do Governo do Estado.¹⁶

O Plano de Ação e as Demandas de Obras das Secretarias do Governo Estadual.

De acordo com o relatório do PAGE apresentado pelo governador, as demandas e prioridades das Secretarias foram atendidas pela Comissão técnica e científica e Governo do Estado optando-se primeiramente por reequipar e reformar as unidades existentes além de efetuar convênios com entidades particulares para melhorar o funcionamento dos seus equipamentos e solucionar seus problemas. Também foram construídas novas unidades de atendimento pelo interior do Estado e reformas na capital; foram intensificados programas considerados pela Comissão técnica que tivesse bom funcionamento. Um exemplo disso foi o que ocorreu na Secretaria da Segurança, o Governo aperfeiçoou o programa assistência jurídica gratuita e elaborou reformas no Judiciário especialmente quanto da organização dos seus serviços pelo interior, onde foram construídos novos Fóruns de Justiça.

No relatório apresentado à Assembléia em 1961, continha as seguintes quantificações de edifícios em praticamente um ano de atividade do Plano: 19 Fóruns, 73 Cadeias e Delegacias, 158 Obras escolares (incluindo reformas e ampliações) e 65 Obras para saúde.¹⁷



Fig. 3. Ginásio de Itanhaém (1959). Vilanova Artigas (FUND.V. ARTIGAS.)

As obras do Plano tiveram financiamento do IPESP artifício já utilizado na gestão anterior de Jânio Quadros (1955-1959), que no PAGE serviu para a contratação de projetos por profissionais fora do Departamento de Obras Públicas, que conheceu novas estratégias de organização do trabalho, segundo o arquiteto Francisco Withaker responsável pelo departamento na época:

¹⁶ Ver SEGAWA, Hugo, *Arquiteturas no Brasil, 1900-1990*, pp. 173/4

¹⁷ O levantamento do número exato de equipamentos e suas especificações fazem parte da própria pesquisa. Há por exemplo tipologias de equipamentos cujo levantamento foi iniciado, mas ainda sem uma quantificação preliminar, como por exemplo, as Casas de Agricultura.

O DOP trabalhava com procedimentos antigos tinha setores separados para arquitetura, hidráulica, elétrica, etc. Quando entrava um projeto cada setor desenvolvia isoladamente sua tarefa e ficava circulando entre eles separadamente, sem noção de conjunto perdendo muito tempo no projeto. Então veio a idéia, por influência do padre Lebrecht que tinha idéias de interdisciplinaridade, do DOP fazer ateliês para desenvolver o trabalho completo. Quer dizer nos ateliês, que tinham outro nome na época, tinha o arquiteto, o hidráulico, todos os técnicos das diversas fases da obra. Eles pegavam o projeto e tinham que resolver integralmente.

(WITHAKER, 2007).

Ainda que a produção do DOP começasse a conhecer uma inflexão, o seu ritmo não se adequava aos objetivos e prazos do plano. Para Plínio de Arruda Sampaio que dialogava com vários arquitetos modernos, seus amigos, os “projetos padrão” desenvolvidos pelo DOP não atendiam as qualidades pretendidas, em termos de aproveitamento, desempenho e funcionalidade:

(...) o DOP que tinha mais obras continuava com os chamados “projetos padrão.” (...)

(...) eu andava com os arquitetos, os arquitetos chegavam para mim e diziam: O que se gasta para preencher o terreno ou tirar o terreno, você gasta num bom projeto que rompia o padrão, aproveita o terreno e faz algo muito melhor, com a insolação bem feita, etc. (SAMPAIO, 2007)¹⁸

Mas, sobretudo, as qualidades formais e simbólicas das obras modernas, que amalgamavam desenvolvimentismo e modernismo, de forma crítica ou não, mas como expressão do espírito da época (ou do sistema moderno de arte e arquitetura), solicitavam a adoção da arquitetura que naquele momento já tinha “feito história” e que a presença de Brasília tornava inequívoca:

“(...) era óbvio que tinha que ser moderno. Nem se discutia, era uma coisa de senso comum. Era tão hegemônica a idéia e eles todos eram ligados a isso, tinham acabado de sair da escola de arquitetura”. (SAMPAIO, 2007)¹⁹

Essa opção trouxe grandes questionamentos por parte dos profissionais do DOP, sendo que o entendimento e desdobramentos desse processo incorporam os objetivos da pesquisa.

Assim, a opção por contratar projetos fora do quadro funcional atendia aos aspectos simbólicos e de renovação e permitia aos arquitetos, ou pelo menos parte deles, explorarem “invenções de

¹⁸ Sobre os projetos padrão do DOPP, no caso para os Fóruns de Justiça entre os anos de 1950 até meados de 1960, o arquiteto. Ivan Castaldi que trabalhou e coordenou equipes de projeto no DOP relatou: “Projeto padrão era em linha de montagem. A gente via o terreno, e via onde você pegava, tinha seu gabarito... (...) Pegava o gabarito colocava no terreno dentro do que era possível e dentro do possível da topografia você tinha que fazer mais ou menos cortes e colocava, dependendo do acesso principal, então saía isso da linha de montagem e era assim.” (CASTALDI, 2007)

¹⁹ Ainda comentando sobre o entrelaçamento dos aspectos políticos e culturais Sampaio afirmou: “(...) foi uma época que no Brasil, nós começávamos a descobrir isso: os irmãos Roberto lá no Rio, era o Niemeyer, era o Sobral. Então era uma época de muita efervescência. Isso tudo está ligada a uma idéia se você quer ideologia do Brasil desenvolvido. Era essa a minha ideologia, naquele tempo era isso. O Jacques Lambert tem um livro chamado “Os dois Brasis” que é uma visão dualística e que ele diz o seguinte: No ano dois mil as duas nações que podem ser do primeiro mundo (naquele tempo não se falava isso), mas, era isso que ele dizia, o Brasil e a Índia. Nenhum de nós existe e nós estamos atrás da Índia. Mas era essa a nossa ideologia. A ideologia era uma ideologia.” (SAMPAIO, 2007)

soluções” dos equipamentos, como agentes políticos, nos termos expostos no início deste Plano. Para Fábio Penteadado, autor do Fórum de Araras:

O Fórum foi o seguinte. Eu tenho uma linha de projetos, todos são a mesma linha. Também como professor que fui. O que é um Fórum? Você pode pegar a história para enriquecer, aumentar o livro, história antiga, etc. Aí vem a realidade se aproximando da realidade, onde ele é? Para quem que ele vai atender? Então Araras devia ter... Não tinha trinta mil habitantes de jeito algum. Vinte mil, quinze mil, Também fui dentro do limite precário ver o que era um Fórum e tinha um padrão geral, assim a descrição que vi na época. Um padrão dentro daquela linha dos juízes, do comando não sabe da onde um prédio Vestusco. E acomodava no terreno, conforme vinha uma escada, com pé direito duplo na entrada na porta, uma réplica de salas dos passos perdidos que as pessoas se dirigem. Como eu coloquei na época você pega uma cidade parada, população rural, pouca coisa fulminante que escapa ao arquiteto porque ele é obrigado a seguir uma linha ditada pelo programa daquele juiz, daquele promotor. O Fórum não é Fórum de Justiça, ele tem lá o registro imobiliário, os cartórios, então o cidadão nasce um filho vai registrar, morreu alguém ele tem que fazer inventário. Ai entra todo o aspecto da realidade. O cidadão comum ao se aproximar já tem dúvida, já tem medo é ancestral. Na porta daquele prédio tem um cidadão que é guarda que pode ele pode não fazer nada, está lá relaxado já maltratando pelo princípio de ser autoridade. E ele indica ao cidadão que veio a pé da terra, tem um cartório, tem um garoto que atende no cartório que carimba o papel que também não está. Manda ele vir no dia seguinte que já vai fechar a tarde. Essa é a visão de Fórum. Então eu propus um Fórum que não tivesse porta, a área era uma praça, grande tinha espaço. Então a idéia em princípio foi de usar um espaço onde chamaria de Fórum, ele gerava uma sombra na pracinha onde o cidadão aguardava na sombra. (...)

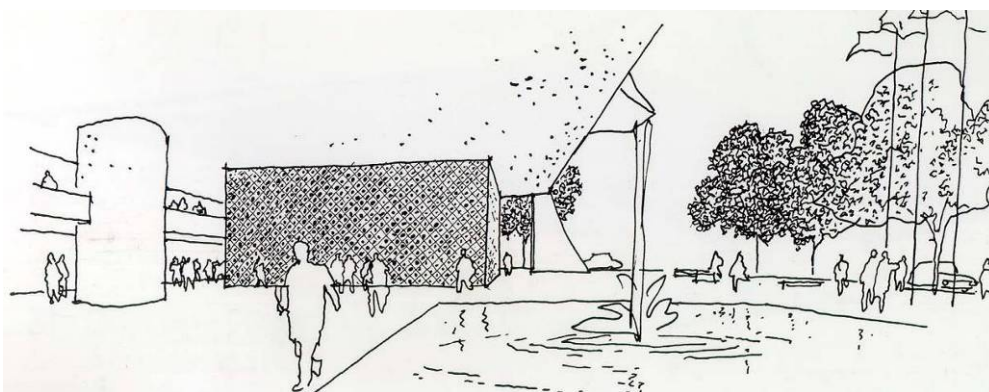


Fig. 5: Fórum de Araras (1959). Arquiteto Fábio Penteadado. Perspectiva do pátio coberto, onde se observa o torréon de escada, painel de azulejo na parede do júri e espelho d' água com cascata. (PENTEADO, 1998)

Franqueado. Não tinha porta. Embaixo você teria uma galeria aberta que seriam os cartórios etc. Coloquei sanitário público. Aí tinha uma escada que levava a esta galeria que também era aberta onde tinha as salas dos juízes, dos promotores, dos advogados, sempre visível.

E a sala de espetáculo que eu apresentei um painel do pintor Mário Gruber, nós convivíamos juntos, tinha conseguido na Secretaria da Justiça, que não era usada. Era para julgar pessoas, mas era uma média de uma vez por ano porque não havia. Então eu pedi para uma pequena sala de música para a comunidade ou de reunião pequena. Essa foi a idéia. Uma coisa absolutamente contrária a visão que era dos Fóruns que eu conhecia.
(PENTEADO, 2007)

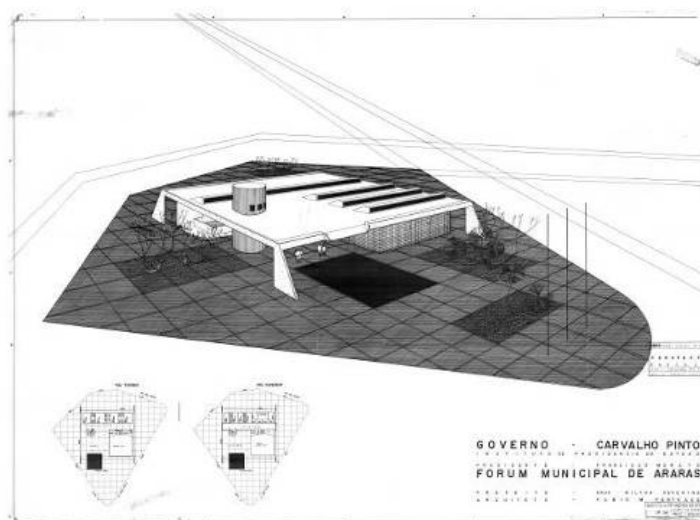


Fig. 6: Perspectiva Geral e Pavimentos térreo e superior (CPOS, 1959)

Questionado se pretendia ir contra a hierarquia processual com o projeto, Penteado concordou ratificando: era contra mesmo. Ainda que retiradas de um único projeto, essas questões refletem uma postura arquitetônica muito cara à formação da arquitetura moderna brasileira, passível de ser estendida a outros projetos daquele período.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Tafuri, a gênese moderna supõe que a arquitetura renunciando ao papel simbólico, ao menos no sentido tradicional e, para evitar a sua própria destruição, descobre sua vocação científica. Ainda complementando a sua linha de pensamento afirma que, deslocando o seu “lugar” tradicional a vanguarda aceita tornar política a sua própria obra e, enquanto agentes políticos, os arquitetos devem assumir a tarefa de invenção contínua de soluções aos níveis mais generalizáveis. Nesse giro o papel da ideologia torna-se determinante.²⁰

Certamente o desenvolvimento do modernismo em São Paulo, a partir de meados dos anos 1950, não é fruto apenas das concepções de Artigas, e como dito a arquitetura moderna em São Paulo têm mais que uma expressão, em que pese várias questões comuns. O papel de Artigas na formulação da chamada escola paulista é fundamental, não como idealizador solitário, mas como produtor que introduziu ou desenvolveu questões que possibilitaram uma interlocução criativa com vários outros arquitetos. Dessa interligação pode se dizer que teve como fruto a escola paulista e

²⁰ TAFURI, Manfredo - *Teoria e História da Arquitetura*, Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1981.

que o PAGE, ao solicitar projetos de equipamentos sociais, possibilitou que algumas dimensões ideológicas dessa arquitetura, como a exploração de espaços pedagógicos em termos sociais e democráticos, questionando e reformulando programas pré-existentes, ganhasse vida por meio de novas soluções espaciais.

Vários nomes se destacam na formação desta arquitetura, mas o que é importante registrar é que as obras do PAGE integraram um momento forte na definição desta arquitetura e de suas questões, como também pode ser verificado nas obras escolares de Paulo Mendes da Rocha e no Fórum de Avaré que projetou. Todavia, o que é interessante é que ao mesmo tempo em que vemos algumas questões da chamada escola paulista serem articuladas, verificamos a emergência ou o desenvolvimento de outras linguagens modernas. Assim, as obras do PAGE revelam uma matriz da formação da escola paulista, mas também revelam uma pluralidade que enriquece o gradiente moderno e problematiza a própria limitação arquitetônica que por vezes a historiografia induz.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Flávio, (org.) - Antonio Candido: pensamento e militância, São Paulo: Humanitas/Fundação Perseu Abramo, 1999.
- ARAÚJO, Aurélio. O DOP e a padronização de projetos para obras públicas - Palestra do engenheiro Aurélio Araújo, Superintendente do DOP. São Paulo: DOP, 1974.
- ARTIGAS, João Batista Vilanova - Caminhos da Arquitetura, São Paulo: Fundação Vilanova Artigas/Pini. 1986, 2a. ed.
- _____ Função Social do Arquiteto, São Paulo: Fundação Vilanova Artigas/Nobel, 1989.
- ÁVILA, Affonso (coord. e org.) - O Modernismo, São Paulo: Perspectiva. 1975.
- BELLUZZO, Ana Maria de Moraes (org.) - Modernidade: Vanguardas Artísticas na América Latina, Cadernos de Cultura 1, São Paulo: UNESP-Memorial. 1990.
- BRUAND, Yves - A Arquitetura Contemporânea no Brasil, São Paulo: Perspectiva. 1982.
- EDUSP/Perspectiva, 1976.
- CANDIDO, Antonio - Literatura e Sociedade, São Paulo: Ed. Nacional, 1976.
- COELHO, Sandro Anselmo – O partido democrata cristão (1945-1965): dilemas e inconsistência da terceira via brasileira. Curitiba: mimeo. 2002.
- CORRÊA, Maria Elizabeth Peirão; FERREIRA, Avany de Francisco de; MELLO, Mirela Geiger de (Org.). Arquitetura Escolar Paulista – Restauo. São Paulo: FDE/ IMESP, 1998.
- COSTA, Lúcio - Sobre Arquitetura, Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários da Arquitetura, 1962.
- FERREIRA, Carlos A. Martins - Arquitetura e Estado no Brasil - Elementos para uma Investigação sobre a Constituição do Discurso Moderno no Brasil; a Obra de Lúcio Costa (1924/1952), Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP. 1987, mimeo.
- GOODWIN, Philip L. - Brazil Builds. Architecture Old and New 1652/1942, New York: MoMA. 1943.
- LAMPARELLI, Celso M. – Louis Joseph Lebreton e a Pesquisa Urbano-Regional do Brasil, Crônicas Tardias ou História Prematura, in Espaço e Debates, São Paulo: nº 37, ano XIV. 1994.
- LEMOES, Carlos A. C. - "Arquitetura Brasileira," São Paulo, Melhoramentos/EDUSP, 1974.
- MANTEGA, Guido - A Economia Política Brasileira, São Paulo/Rio de Janeiro: Polis/Vozes, 1984.
- MICELI, Sérgio (org.) - Estado e Cultura no Brasil, São Paulo: Difel, 1984.
- MINDLIN, Henrique E. - Brazilian Architecture, London: Royal College of Art, 1961.
- PAGNUSSAT, José Luiz, in Jornal Ecos da Literatura Lusófona, 25/01/2006 - Edição N°33.
- PENTEADO, Fábio. Fábio Penteado: ensaio de arquitetura / Fábio Penteado. São Paulo: Empresa das Artes, 1998.

PINTO, Carvalho, Mensagem apresentada pelo Governador Carvalho Pinto à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo em 14 de março de 1961, para a Lei nº 6.047, de 27 de janeiro de 1961, São Paulo: Decretos e Relatórios. Imprensa Oficial. s/d.

S/A, Segundo Plano de Ação do Governo, 1963-1966, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1962.

S/A, Estado de São Paulo, Plano de Ação do Govêrno- 1959-1963- Administração Estadual e Desenvolvimento Econômico e Social, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1959.

S/A, Exposição do Governador Carvalho Pinto para a 4ª Reunião de Governadores com o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1961.

S/A, Mensagem apresentada pelo Governador Alberto A. de Carvalho Pinto 'a Assembléia Legislativa do estado de São Paulo em 14 de março de 1961. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1961, vol I e vol. II.

TAFURI, Manfredo - Teoria e História da Arquitetura, Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1981.

Entrevistas

Celso Monteiro Lamparelli – entrevista a Mário Henrique de Castro Cadeira em 2004. mimeo.

João Batista Vilanova Artigas – entrevista a Aracy A. Amaral, in Projeto, São Paulo, nº 109, 1988, pp.96/97.

Entrevistas realizadas pelo Grupo de Pesquisa “Arte e Arquitetura, Brasil – diálogos na cidade moderna e contemporânea” (ArtArqBr)

Plínio de Arruda Sampaio – 05/03/2007 - Grupo de Pesquisa “Arte e Arquitetura, Brasil – diálogos na cidade moderna e contemporânea” (ArtArqBr) – Camila Venanzi, Lucia Noemia Simoni, Maria Tereza R. L. B. Cordido e Miguel Antonio Buzzar.

Ivan Gilberto Castaldi – 09/03/2007- Grupo de Pesquisa “Arte e Arquitetura, Brasil – diálogos na cidade moderna e contemporânea” (ArtArqBr) – Lucia Noemia Simoni, Maria Tereza R. L. B. Cordido e Miguel Antonio Buzzar.

Celso Monteiro Lamparelli -02/04/2007- Grupo de Pesquisa “Arte e Arquitetura, Brasil – diálogos na cidade moderna e contemporânea” (ArtArqBr) – Lucia Noemia Simoni, Maria Tereza R. L. B. Cordido e Miguel Antonio Buzzar.

Marcolino Vaccari e Maria Lúcia de Brito Passos – 26/03/2007 -

Fábio Moura Penteado – 09/04/2007 - Grupo de Pesquisa “Arte e Arquitetura, Brasil – diálogos na cidade moderna e contemporânea” (ArtArqBr) –Maria Tereza R. L. B. Cordido e Miguel Antonio Buzzar.

Francisco Witaker Ferreira – 16/04/2007 - Grupo de Pesquisa “Arte e Arquitetura, Brasil – diálogos na cidade moderna e contemporânea” (ArtArqBr) – Maria Tereza R. L. B. Cordido.